

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Copete Mensal*

Class.: 22

Data: 10 de abril de 1985

Pg.: _____

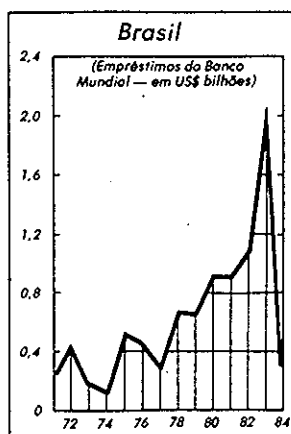
O BIRD suspende crédito ao Brasil

por Paulo Sotero de Washington

O Banco Mundial suspendeu o desembolso de US\$ 200,7 milhões destinados a seis projetos do Pólo de Desenvolvimento do Noroeste, o Polonoroeste, que abrange o Estado de Rondônia e parte do Estado de Mato Grosso.

US\$ 233,7 milhões já foram desembolsados sob os seis contratos assinados entre o Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o nome oficial do Banco Mundial, entre dezembro de 1981 e dezembro de 1983. O corte não afeta as outras operações com o Brasil.

A suspensão, motivada pela violação de compromissos de demarcação de reservas indígenas e ecológicas assumidos pela administração Figueiredo ao firmar os contratos, entrou em vigor em 28 de fevereiro último, o prazo-limite que o banco fixou para que o governo tomasse medidas corretivas prometidas pelos ex-ministros Antônio Delfim Netto, do Planeja-



Fonte: BIRD, o Centro de Informações do Gazete Mercantil

mento, e Mário Andreazza, do Interior, conforme comunicação feita pelo vice-presidente sênior do banco, Ernest Stern, ao diretor norte-americano junto à instituição.

Oficialmente, o banco afirma que não houve suspensão. "Os representantes do novo governo informaram ao banco que não fariam pedidos de desembolsos até completar um estudo de avaliação de prioridade", informou a es-

te jornal o porta-voz Ciro Gamarra.

Mais certo, contudo, é afirmar que a transição de governo forneceu tanto ao banco quanto ao Brasil uma saída para evitar a notícia da suspensão. Oficializada, ela aconteceria dias depois da suspensão do programa econômico brasileiro pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e produziria ainda maior preocupação entre os credores do País.

A decisão acabou sendo mencionada publicamente somente na quinta-feira da semana passada, quando o secretário do Tesouro, James A. Baker III, indagado a respeito durante um depoimento sobre as relações dos EUA com o BIRD, perante a Comissão de Alocação de Recursos do Senado, deu a notícia.

"O assunto é delicado", disse ontem a este jornal uma fonte do banco. A retomada dos desembolsos exigirá a implementação, por parte do novo governo, de várias medidas que recolorem os projetos

(Continua na página 3)

por Paulo Sotero de Washington (Continuação da 1ª página)

dentro dos padrões acertados com o banco. Cerca de dois terços dos US\$ 200,7 milhões afetados pela suspensão deveriam normalmente ser desembolsados até 1987. O restante, até 1989. Entre as medidas que o novo governo terá de tomar está a homologação da demarcação de pelo menos catorze reservas indígenas na área abrangida pelo Polonoroeste. Várias reservas indígenas, bem como zonas florestais e reservas ecológicas, terão de ser demarcadas. A questão aparentemente mais complicada será o destino da rodovia BR-429, uma estrada auxiliar da já concluída BR-364, que liga Cuiabá a Porto Velho. Segundo o Natural Resources Defense Council, uma das organizações de proteção da natureza dos EUA que se associou às entidades brasileiras na campanha pela preservação do equilíbrio ambiental e proteção aos índios na área do Polonoroeste, a construção da BR-429 está em "clara violação" aos termos de um dos seis contratos de empréstimo. A rodovia corta a reserva biológica de Guaporé, a reserva indígena de Rio Branco, o Parque Nacional Picaás, Novos e as terras ainda não demarcadas dos índios Uru-Eu-Wau-Wau, que estão em fase inicial de contato. Têm havido, além disso, frequentes invasões de terras indígenas por colonos.

"Nós não somos contra o desenvolvimento do Brasil nem contra o Polonoroeste", disse ontem a este jornal Steve Schwartzman, do centro de recursos antropológicos, outro "lobby" pró-ambiental que se associou à campanha. Nós não estamos celebrando a suspensão dos empréstimos, até porque uma parte do dinheiro que falta ser desembolsado destina-se exatamente a sanar alguns dos problemas que apontamos. Segundo Schwartzman, da

forma como os projetos estão sendo implementados, eles não beneficiam ninguém, a não ser um pequeno número de pessoas.

As violações das cláusulas dos contratos do Polonoroeste que se referem à proteção da natureza e dos direitos dos índios ganharam notoriedade, nos Estados Unidos, graças à ação de organizações como a de Schwartzman. No ano passado, conseguiram realizar quatro "hearings", ou audiências públicas de informação, a respeito na Câmara de Representantes e no Senado. A campanha ganhou alento em outubro passado, depois que o Banco Mundial respondeu de forma considerada insultuosa a uma carta assinada por 34 organizações e personalidades brasileiras e americanas, denunciando as violações. Diante disso, o deputado James H. Scheuer, presidente da subcomissão de recursos naturais, pesquisa agrícola e meio ambiente, da Câmara dos Representantes, escreveu uma carta ao então secretário do Tesouro, Donald Regan, e outra ao presidente do Banco Mundial, A. W. Clausen, lembrando-lhes que o apoio do Congresso à participação dos Estados Unidos como principal provedor de fundos aos organismos internacionais é um assunto difícil "mesmo na melhor das circunstâncias". Em ambas as cartas, o deputado condicionou claramente a continuação de seu apoio ao

Banco Mundial à satisfação das queixas contra o Polonoroeste.

Tanto os membros dos grupos pró-ambientais que participaram da campanha quanto as fontes do Banco Mundial ouvidas por este jornal acreditam que as dificuldades surgidas durante o governo Figueiredo têm boas chances de ser superadas rapidamente pelos representantes da Nova República.